

## **A GESTÃO CULTURAL DO POVO XAKRIABÁ E SUA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA**

Terezinha Maria Furiati<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo apresentar as formas de participação, apropriação e gestão adotadas pelo povo indígena Xakriabá, do norte de Minas Gerais, em relação à política governamental brasileira de fomento e incentivo à cultura. Será considerada também a articulação por ele realizada com as ações no âmbito das políticas educacionais, bem como os resultados alcançados em sua proposta de levantamento, revitalização, valorização e divulgação de sua “cultura”.

**PALAVRAS-CHAVE:** povo Xacriabá; gestão; política cultural

### **Conhecendo os Xakriabá**

Com um histórico de contato com povos europeus, africanos e com brasileiros de diversas ascendências, que culmina na catequização e na miscigenação de sua população original, e de conflitos com fazendeiros, os Xakriabá vêm acumulando, apesar disso, conquistas importantes no que se refere ao reconhecimento de sua identidade. Por parte do Estado, a emancipação e o reconhecimento desse povo aconteceu a partir da homologação da terra indígena Xakriabá em 1987.

A Terra Indígena Xakriabá (TIX) está localizada no Norte do Estado de Minas Gerais, no Município de São João das Missões. Como muitos dos povos indígenas do Sudeste brasileiro, os Xakriabá ainda não conquistaram reconhecimento social, que não está garantido mesmo depois de mais de vinte anos da homologação definitiva da terra indígena. Em outras palavras, o reconhecimento jurídico não se fez acompanhar de um reconhecimento mais amplo na sociedade civil que assegurasse a esse povo as condições de autossustentabilidade e de autogestão do seu patrimônio social, natural e cultural.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a população da TIX é de 7.760 indivíduos, dos quais mais de 50% tem idade abaixo de 24 anos; mas segundo as lideranças Xakriabá, esse número hoje está em torno de 9 mil indígenas, que vivem em uma área “demarcada em 53.074,92 ha (530,74 km<sup>2</sup>)”, o que “representa 78,28% da

---

<sup>1</sup> Terezinha Maria Furiati – Mestranda do Programa de Pós-graduação – Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação – Linha de Pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas. Funcionária da UFMG, cargo Produtora Cultural/Pró-Reitoria de Extensão/Diretoria de Ação Cultural – E-mail: tmaria@ufmg.br , terezinhafuriati@gmail.com.br.

extensão territorial do município de São João das Missões, que é de 678 km<sup>2</sup>” (ESCOBAR, 2012, p. 14). A área indígena se estende à margem oeste do Rio São Francisco e “é compreendida por duas áreas vizinhas, distribuídas em 31 aldeias, 23 sub aldeias e diferentes grupos de parentesco.”<sup>2</sup>

Com a quase extinção da caça e da pesca, os Xakriabá vivem praticamente da agricultura e da criação de animais domésticos e de pequenos rebanhos bovinos.

A produção local, bem debilitada por vários fatores, é de subsistência com a movimentação de algum excedente; não se baseia no modelo capitalista e tem sido trabalhada pelos projetos sociais no sentido de melhorarem tecnicamente os processos, através da aquisição de equipamentos, melhoria de infra-estrutura, assessoria técnica para torná-la economicamente viável e ambientalmente sustentável. (ESCOBAR, 2012, p. 119).

Para compreender a situação vivida pelos Xakriabá nos dias atuais, é necessário levar em consideração alguns fatores que tiveram papel relevante na história deste povo. O grande avanço da escolarização, proporcionado pela criação das escolas estaduais indígenas de Minas Gerais, iniciada em 1997, é considerado o maior deles. Esse processo garantiu aos Xakriabá e às demais comunidades indígenas do Estado de Minas Gerais o direito à educação diferenciada. Outros fatores, como o

aumento da renda familiar devido a uma presença maior do Estado em serviços de educação, saúde, previdência social e programas de transferência de renda; a melhoria das condições de infraestrutura sanitária, além da melhoria das estradas pela prefeitura municipal e o aumento dos meios de transportes individuais e coletivos intensificam a integração socioterritorial e aceleram o processo de modernização e de urbanização extensiva (no sentido mais amplo do termo) na Terra Indígena Xakriabá. (GOMES; MONTE-MÓR, 2006 citado por ESCOBAR, 2012, p. 16)<sup>3</sup>.

Ainda no final da década de 1990 e início dos anos 2000, outros fatores de grande importância marcaram fortemente a trajetória dos Xakriabá. Na busca por garantir a sustentabilidade e a autogestão do território, criaram a associação indígena na TIX, na Aldeia Brejo Mata Fome, e se inseriram na administração do município ao qual pertencem, São João das Missões: em 2005 a administração municipal passou a ter à sua frente um grupo de Xakriabá – prefeito, vereadores e secretários –, e atualmente o município já está em sua

<sup>2</sup> PROJETO Revitalização das Práticas Tradicionais de Produção Artesanal nas Comunidades Xakriabá. Apresentado ao Fundo Estadual de Cultura em 2008. Anexo: Projetos de Extensão Xakriabá. Formulário.

<sup>3</sup> GOMES, A. M. R.; MONT-MÓR, R. L. M. Educação e alternativas de produção: diagnóstico da economia e implementação de projetos de sustentabilidade junto à comunidade indígena Xakriabá (Norte de Minas Gerais). Trabalho apresentado no III Seminário Internacional da ARIC – Association pour la Recherche Inter Culturelle na América Latina, na UFSC, Florianópolis, 13 a 15 de novembro de 2006.

terceira gestão conduzida por Xakriabá o que tem modificado de modo significativo a relação entre o poder público local e o povo indígena.

A sucessiva criação de outras associações indígenas dentro da TIX denota um movimento de mobilização social, política e econômica marcante na história do povo Xakriabá. Os processos por elas desencadeados transformaram significativamente a vida dos Xakriabá e os desafiaram a criar condições concretas de sustentabilidade no território a partir da revitalização das práticas culturais locais. Apesar do êxito muito variado na atuação das mais de nove associações, podemos afirmar que os projetos propostos e executados pelas associações têm facilitado a criação de alternativas de produção, oferecendo novas possibilidades de renda, principalmente para os jovens que estão se escolarizando. Essas conquistas estão facilitando sobremaneira a articulação da educação com a revitalização e valorização da “cultura” Xakriabá. Com as associações indígenas, além dos projetos criados por elas, vieram os projetos apresentados e financiados por diversos órgãos.

O objetivo deste artigo é discutir aspectos da gestão dos projetos financiados pelo Ministério da Cultura (MinC) e pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (SEC-MG). É importante registrar que, para os Xakriabá, todas as ações propostas fazem parte de um todo que se relaciona com sua cultura, pertencem a um conjunto que se comunica, se complementa e se interpenetra. Dessa forma, os projetos financiados, tais como construção de casas de medicina, recuperação das nascentes, construção de criatório de peixes, dentre outros, embora não financiados por programas específicos das políticas culturais, são também por eles considerados *projetos culturais*. Por esse motivo, opto por fazer uma análise da gestão dos projetos financiados pela área da cultura, mas não exatamente dos *projetos culturais*.

Todos os projetos desenvolvidos pelos Xakriabá envolvem a sua história, memória e identidade: “sua cultura”. Muitos deles estão relacionados à construção de casas: casa de cultura, casa de farinha, casa de medicina. Locais de integração e práticas; espaços coletivos destinados a produção, reuniões, encontros, rituais, mostras, oficinas.

Segundo Rafael Barbi Costa e Santos (2010, p. 5) em seu estudo sobre os Xakriabá, “esses projetos financiados por agentes externos, se integram em um panorama mais amplo de *levantamento* da cultura idealizado pelos Xakriabá”. Pelo que observou em seu estudo, tudo o que os Xakriabá

falavam sobre *cultura*, estava claramente ligado ao seu contato com diversos atores e agências que traziam consigo, [...] evocavam elementos muito particulares, presentes em sua história, sua estrutura de parentesco, sua cosmologia. (SANTOS, 2010, p. 12)

Importante ressaltar o entendimento do conceito de “cultura” num regime de etnicidade:

“cultura” [...] de início estava relacionado à noção de alguma qualidade original, um espírito ou essência que aglutinaria as pessoas em nações e separaria as nações uma das outras. Relacionava-se também à ideia de que essa originalidade nasceria das distintas visões de mundo dos diferentes povos. Concebia-se que os povos seriam os “autores” dessas visões de mundo. Esse sentido de autoria coletiva e endógena permanece até hoje. (CUNHA, 2009, p. 354-355).

Para Hilário Xakriabá “cultura”

[...] não é somente um espaço, mas, também nós estamos falando de projetos com possibilidades, direcionadas ao rumo da cultura. O nosso jeito de trabalhar nas roças, numa roça de toco que muito pouca gente conhece. Aí vêm outras abrangências; é um espaço que ali já existe desde os antepassados, que a gente considera um espaço sagrado. Não deixa de ser também visado como um espaço que é onde você realiza suas culturas, de certa forma suas crenças. A dança, e tudo isso está relacionado.<sup>4</sup>

O processo de *levantamento e revitalização* da “cultura” Xakriabá é parte de uma mobilização interna, dentro de uma visão daquilo que eles consideram sua “cultura” juntamente com a gestão dos projetos financiados. A procura de financiamentos, principalmente estatais, é o que tem garantido a realização das ações necessárias para atingirem seus objetivos.

Desta forma, os projetos hoje propostos pelos Xakriabá compõem um panorama de *levantamento e revitalização* de suas “culturas”. É importante dizer que a memória e a identidade do grupo estão sendo reconstruídas com a consciência de que o processo de salvaguarda de suas “culturas” deve acontecer primeiramente e prioritariamente dentro do próprio grupo, buscando-se os detentores de muitas práticas tradicionais esquecidas no tempo para garantir sua continuidade e sustentabilidade, divulgando-se essas práticas, educando-se as crianças e jovens e buscando-se alternativas para viabilizá-las. O processo é mais interno do que externo: buscam apoio nas políticas de fomento para a reconstrução e revitalização de suas práticas culturais, articulam-se com outras áreas e órgãos governamentais (educação, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, etc.) por não terem em sua “cultura” a

---

<sup>4</sup> XAKRIABÁ, Hilário. Entrevista concedida à autora em sua casa, na Aldeia Barreiro Preto, Terra Indígena Xakriabá, São João das Missões, MG, em 27 de julho de 2013, como parte da pesquisa de campo para o mestrado, ainda em andamento. Transcrição de áudio.

visão compartimentada como aquela das políticas públicas do Estado brasileiro. A importância desse processo de (re)conhecimento nos é sinalizada por Manuela Carneiro da Cunha (2009, p. 302): “O conhecimento tradicional consiste tanto ou mais em seus processos de investigação quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores. Processos.”

### ***Brasil: políticas públicas de fomento à cultura***

A institucionalização da política cultural brasileira é bem recente. O MinC foi criado em 1985 e, em 1990, transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida pouco mais de dois anos depois. Em 1992, no governo do presidente Itamar Franco, teve início o processo de conformação de uma nova política cultural com a recriação do Ministério da Cultura. A ampliação dos recursos e a reorganização da estrutura, no governo de Fernando Henrique Cardoso, fizeram com que, desde então, o ministério passasse a ter papel preponderante como incentivador e patrocinador de projetos culturais.

Pode-se observar que desde a sua criação, o órgão responsável pelas políticas culturais brasileiras passou por uma série de crises e processos de descontinuidade, evidenciando, assim, que as políticas públicas voltadas para a cultura ainda são um campo em construção.

Em 2003, uma nova reestruturação do MinC foi aprovada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passando sua composição para órgãos colegiados, entidades vinculadas (duas autarquias e quatro fundações) que abrangem os campos de atuação determinados, e representações regionais. Neste mesmo ano, sob a gestão do ministro Gilberto Gil, foram abertos os primeiros canais de diálogo entre o Ministério da Cultura e a sociedade civil. Foi elaborado um plano de reformulação das políticas do ministério e realizada uma série de consultas e fóruns com participação de diversos segmentos da área artística e da sociedade em geral, em que ficaram evidenciadas, por um lado, as enormes distorções acarretadas pela forma de distribuição de recursos financeiros pelo ministério, e por outro, a sua importância para o setor artístico-cultural.

Observa-se que a partir da reforma de 2003, o MinC se propôs a transformar os direitos dos cidadãos, no que se refere a seus direitos culturais, em políticas públicas. O fomento, a preservação, a divulgação e a valorização da cultura se transformaram em metas a

serem atingidas, sem descartar, quando necessário, os aspectos mercadológicos. Cabe destacar que esses aspectos já vinham sendo discutidos e assumidos no cenário mundial desde 1987.

Com relação às novas propostas do MinC; Plano Nacional de Cultura, Sistema Nacional de Cultura, mudanças na Lei Rouanet, revisão da Lei de Direito Autoral, dentre outras, cito, em destaque, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA, criado com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade. (BRASIL, 2004, artigo 1º).

O Ponto de Cultura, principal ação do Programa Cultura Viva, pretende construir uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais. Atualmente essa é a proposta que mais se aproxima da lógica dos Xakriabá com relação ao *levantamento* e revitalização de suas “culturas”. Em função do exposto, pode-se compreender por que os Xakriabá privilegiam essas políticas em detrimento das propostas voltadas para o registro de bens culturais de natureza imaterial.

No que se refere às políticas públicas específicas para a efetivação dos direitos diferenciados dos povos indígenas, a Constituição de 1988 e os marcos legais estabelecidos pelos organismos internacionais instauraram as bases para seu desenvolvimento. Os artigos 205, 210 e 215 da Constituição garantem a educação enquanto direito de todos e dever do Estado, asseguram às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, e protegem as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Este quadro suscitou, por outro lado, novas necessidades, entre elas o conhecimento e domínio de campos específicos na área da educação e cultura, por parte dos indígenas. As mudanças político-culturais que surgiram deste novo paradigma, com novas posturas, seja de organismos internacionais, seja de governos, aconteceram também na vida do povo Xakriabá, e podem ser enquadradas no que Sahlins (1998, p. 133) considera “um intercâmbio dialético do global com o local.”

No campo da educação houve avanços consideráveis,

[...] o processo de escolarização entre os Xakriabá foi intensificado de modo muito acelerado com o início do funcionamento das escolas estaduais indígenas. Em pouco mais de dois anos, os Xakriabá passaram, de uma oferta escolar que atendia a menos da metade da demanda, a apresentar um quadro semelhante à oferta em Minas Gerais, que garante vagas para quase a totalidade das crianças e adolescentes em idade de cursar o ensino fundamental. (GOMES, 2003, p. 1).

No campo da cultura, contrariamente ao da educação, o cenário é muito distante do ideal. Há que se reconhecer, entretanto, que nos últimos anos houve alguns avanços políticos e algumas poucas possibilidades de participação dos grupos indígenas nas políticas de fomento à cultura.

As pesquisas realizadas com o povo Xakriabá demonstram que, nos últimos anos, esses tiveram acesso a vários editais públicos de fomento, incluindo os propostos pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (SEC-MG) e MinC. A participação e a aprovação de seus projetos demonstram claramente o movimento que os Xakriabá também têm feito, em consonância com o que se observa nos contextos brasileiros e mundiais.

### ***Povo Xakriabá: participação nas políticas públicas de fomento à cultura***

A participação de um grupo indígena nas políticas públicas culturais brasileiras, por intermédio de editais públicos, significa concorrer aos recursos em condições iguais às de todos os outros interessados, incluindo não índios: Organizações Não Governamentais (ONGs) e órgãos públicos. A participação da Associação Indígena Xakriabá Aldeia Barreiro Preto (AIXABP) obteve aprovação de dois grandes e importantes projetos – Revitalização das Práticas Tradicionais de Produção Artesanal nas Comunidades Xakriabá, e Ponto de Cultura Loas.

O Projeto de Revitalização das Práticas Tradicionais de Produção Artesanal nas Comunidades Xakriabá financiado pelo Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais, edital 2008, teve como objeto a preservação e potencialização da “cultura” local, em sintonia com um processo mais amplo de retomada das tradições por parte desse povo. Ele se articula com outros projetos implementados na terra indígena, fazendo parte de uma proposta mais abrangente de revitalização de suas práticas tradicionais.

Segundo os Xakriabá, a revitalização de suas práticas tradicionais teve seu marco evidente com o projeto de construção da Casa de Cultura Xakriabá, localizada na Aldeia



Sumaré. A construção grande, imponente e vistosa trouxe visibilidade a uma cultura que não era valorizada. A Casa de Cultura, hoje carinhosamente chamada por eles de *Casa de Cultura Mãe*, foi construída por intermédio da Província de Modena-Itália, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A Casa de Cultura Xakriabá é um desses novos espaços proposto (*sic*) como uma espécie de pólo agregador das várias iniciativas de *levantamento de cultura*. (SANTOS, 2010, p.107).

Após a construção da *Casa de Cultura Mãe*, os Xakriabá perceberam a necessidade de construir outras casas de cultura, menores, em aldeias distintas. A extensão do território e as dificuldades de transitar entre aldeias, muitas vezes, impede a participação efetiva de muitos nas atividades realizadas na *Casa de Cultura Mãe*. Perceberam muito rapidamente que a criação de outros polos de cultura potencializaria ainda mais a cultura local.

A importância da Casa de Cultura fica clara na fala de Terezinha Xakriabá:

[...] nós estamos reunindo professor, agente de saúde, liderança e caciques e mostrando que nós temos que ter uma casa de apoio de cultura. Porque aonde que se reunia pra fazer estesanato e mexer com cerâmica pra poder manter essa cultura, pra essa cultura não acabar por aqui? Aí reuniu o povo e nós estamos conseguindo ter uma casa de cultura hoje aqui, através da Associação. A Casa de Cultura aqui no Sumaré. E de vez em quando a gente se reúne aqui, os professores, os alunos pra contar as histórias dos antepassados que passaram. Os sofrimentos que os povos mais velhos passou. Que foi uma sofrência que hoje, se for falar pro menino pequeno, eles não acredita que o povo mais velho sofreu. Pra lutar, pra batalhar por essa terra. Pra ter uma cultura saudia... E aí pra valorizar mesmo as falas das pessoas mais velhas. Ter um conhecimento que hoje graças a Deus nós estamos com a cultura nossa, aqui hoje está aprovada.<sup>5</sup>

O Projeto Revitalização das Práticas Tradicionais de Produção Artesanal nas Comunidades Xakriabá integrou e potencializou esse movimento mais amplo já iniciado. Atuou em quatro polos regionais dentro da TIX, através de diferentes atividades. A divisão em polos mostrou-se necessária dada a enorme população existente na terra indígena e suas dezenas de aldeias.

Importante ressaltar que a escolha dos polos, bem como as ações previstas no projeto – oficinas de imagem e cerâmica, construção de *Casinhas de Cultura*, de fornos para queima de cerâmica, aquisição de equipamentos e materiais de consumo – atenderam às demandas

---

<sup>5</sup> XAKRIABÁ, Terezinha. Entrevista concedida à autora na Aldeia Sumaré I, Terra Indígena Xakriabá, São João das Missões, MG, em 27 de julho de 2013, como parte da pesquisa de campo para o mestrado, ainda em andamento. Transcrição de áudio.



propostas em reuniões comunitárias, as quais foram pensadas dentro de uma proposta maior, já citada, com a anuência das lideranças e do cacique.

O projeto possibilitou a construção de quatro pequenas Casas de Cultura, em diferentes aldeias. Assim como a *Casa de Cultura Mãe*, as *Casinhas de Cultura* se tornaram locais de encontro para o trabalho coletivo, realização de eventos, rituais e oficinas. As conquistas mais importantes foram: a retomada da produção de cerâmica e sua circulação na TIX, o envolvimento de maior número de jovens na confecção de artesanato em madeira e osso (adornos) e a retomada da confecção de telhas.

Outra ação importante prevista no projeto foi a realização de uma pesquisa arqueológica. Os artefatos cerâmicos encontrados, a maioria deles quebrada, foram encaminhados para o setor de restauração de cerâmica da UFMG e restaurados em oficinas destinadas aos alunos participantes da pesquisa. Hoje estão acondicionados em locais próprios para futuramente serem expostos na Casa de Visitação, na Aldeia Rancharia. Esses artefatos por vezes são encontrados na terra indígena quando da preparação de terrenos para plantio e/ou construção. São considerados de grande importância para os Xakriabá, pois são tidos como um legado de seus antepassados. É importante citá-la pois ela trouxe para os jovens, principalmente daquela aldeia novas possibilidades de trabalho.

Outro projeto, em curso na TIX, que está revitalizando as práticas tradicionais Xakriabá é o Ponto de Cultura Loas, que faz parte do Programa Cultura Viva. O Ponto de Cultura Xakriabá foi conquistado através de edital aberto às organizações não governamentais ligadas à cultura do estado de Minas Gerais. O Ponto de Cultura Loas tem como propósito a criação de uma rádio comunitária, a preservação e registro das manifestações culturais do povo Xakriabá e a criação de um centro de cultura digital.

O Ponto de Cultura Loas está cumprindo hoje sua terceira e última fase de implantação e recebimento de recurso, e está desenvolvendo um importante papel de registro das práticas culturais e de seus detentores. Dentre essas fases destaco a criação do estúdio Maracá, a Editora Colaborativa Etiké Kustché, o registro em CD das músicas indígenas Xakriabá, o registro em DVD de várias manifestações religiosas e práticas tradicionais. No entanto, é importante registrar também as dificuldades encontradas para a implantação da rádio Xakriabá e do centro de cultura digital em um território que ainda não possui infraestrutura

adequada para tal, e que não conta com o apoio e assessoria do órgão financiador na busca de soluções.

Além dessas ações e dos projetos acima mencionados, em 2006 o MinC criou um prêmio denominado Prêmio Culturas Indígenas, forma encontrada para repasse de recursos financeiros aos indígenas de forma mais desburocratizada. Com esses prêmios, os Xakriabá estão realizando ações e trabalhos de fortalecimento de suas expressões culturais e/ou que divulgam seus modos e concepções de vida para outros segmentos da sociedade brasileira.

Desde a instituição do Prêmio Culturas Indígenas, vários projetos têm sido propostos pelos Xakriabá e vários deles têm conseguido o prêmio. Entre eles, A Casa de Sabão Tradicional Xakriabá Sustentável, Trabalhando com a Farinha, Documentário Xakriabá – Festas Tradicionais e Histórias com os Mais Velhos, Registro da Cultura Xakriabá, Jogos e Brincadeiras Tradicionais Xakriabá, e Tecendo e Revivendo a Vida que Nossos Avós Viveram.

A proposta do prêmio não prevê a participação de instituições, podendo qualquer cidadão indígena participar da concorrência entre indígenas, sendo aceitas inclusive propostas em papel, vídeo e/ou áudio. Apesar do valor do prêmio ser muito pequeno, ele tem conseguido fazer diferença na TIX, uma vez que a facilidade de acesso ao prêmio e a sua assiduidade possibilitam a participação frequente dos Xakriabá, o que tem caracterizado positivamente essa política. Importante salientar que esses projetos apresentados também fazem parte de um planejamento conjunto, passado sempre pelo crivo da comunidade e das lideranças.

Como resultado dessas participações em todos esses programas e políticas, via Associação ou como pessoa física, os Xakriabá conseguiram conquistas importantes, dentre as quais a preservação e retomada de várias práticas culturais, autossustentabilidade, geração de renda, preservação do meio ambiente. Os interesses e necessidades das aldeias são discutidos coletivamente, como dinâmica própria desse povo, e as decisões passaram a constituir projetos para disputa de recursos. Os benefícios alcançados foram muitos e hoje fazem parte do cotidiano dos Xakriabá.

Para os Xakriabá, as associações e as escolas assumiram papéis importantes, decisivos, indissociáveis e complementares nesse processo. Enquanto a escola trabalha o conhecimento, divulgação e a valorização da cultura, as associações buscam criar e melhorar as estruturas

para que a cultura aconteça também fora do ambiente escolar, buscando ainda a ampliação do espaço de debate. Segundo eles, a associação e as escolas têm funções diferentes, mas ambas têm em seu âmago o compromisso com a educação e a cultura Xakriabá.

O trabalho realizado pelas associações Xakriabá, e também pelos cidadãos, na captação de recursos para o desenvolvimento desses projetos financiados por agentes externos, integra-se em um panorama mais amplo de *retomada da cultura*, idealizada pelos Xakriabá. Essas conquistas e aprendizados vieram com a prática, no coletivo; com a experimentação, com as discussões, com as tentativas e com os erros. Os Xakriabá aprenderam fazendo, errando e refazendo; buscando ajuda, buscando os parceiros que tinham conhecimento e condição de ajudá-los a conhecer as leis e “as armas dos brancos”, pois só assim teriam possibilidade de obter recursos para desenvolvimento de seus projetos.

Compreender a relação deste processo de *levantamento* e revitalização com a captação de recursos para projetos através das políticas de fomento à cultura, bem como a maneira como os Xakriabá se utilizam das habilidades obtidas nesta relação para o fortalecimento de sua autonomia, é compreender sua “autoconsciência cultural” na busca de “englobar a ordem global em suas próprias ordens cosmológicas” (SAHLINS, 1997, p. 132).

### **Conclusão**

A partir da experiência dos Xakriabá com as políticas de fomento à cultura brasileira, chega-se à conclusão de que estas atuam de forma compartimentada; não se relacionam, não possuem um elo de comunicação entre si e sequer compreendem que a vida e a perspectiva indígena são diferentes das dos brancos. Em consequência disso, os Xakriabá dizem de suas dificuldades para participar dessas políticas, dificuldades essas que são de toda ordem: de compreensão dos editais e leis, de domínio de informática e acesso à internet, de comunicação com seus financiadores, de conseguir tempo hábil para a realização das atividades, de escrever um projeto e executá-lo observando-se todas as normas, além das barreiras impostas pela falta de informação e conhecimento de seus financiadores e vice-versa.

Para ilustrar algumas das dificuldades vivenciadas pelos Xakriabá, coloco em seguida a fala de Hilário Xakriabá, ex-presidente da AIXABP:

Eu creio que tem que melhorar no sentido de facilitar pra população, povos e comunidades tradicionais. Às vezes a burocracia é tanto que a gente fica com

medo de às vezes até gastar um recurso. Em comparação, o primeiro projeto mais burocrático que nós enfrentou, foi o do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Nossa, toda vez que nós reunia pra poder falar do projeto, já era pra ter gastado há dois meses já. Nós ficava com medo. Dava um tempo. Como é que a gente vai pensar? Depois nós ficava só pedindo prazo pra começar porque parece que num dava. Pnhava mais medo na gente de gastar o recurso de que uma outra coisa, de viver o recurso, o benefício que vinha pela frente. Depois nós falamos: “Não, pegou mesmo, vamos começar.” Vinha alguns parceiros dando apoio, mas aí sempre aquela dificuldade também que a gente tem, que é os parceiros, por mais que tentam ajudar; mas quem vai ali lidar com o problema do dia a dia é a gente, a associação.<sup>6</sup>

Mesmo com todos os problemas enfrentados na participação de uma política universal de fomento à cultura que não leva em consideração as especificidades dos grupos indígenas, os Xakriabá são unânimes em reconhecer que as possibilidades de acesso a esses recursos foram extremamente importantes, pois contribuíram enormemente para o processo de revitalização de sua “cultura” e para o desenvolvimento de seu povo. Reconhecem que até a década de 1990 os governos estavam muito fechados, e que as possibilidades de financiamento começaram efetivamente a acontecer entre 2003 e 2004. Consideram também que esse momento coincidiu com a sua prontidão para buscar outros conhecimentos, parceiros e possibilidades.

Com a ajuda dos financiamentos e muito esforço, os Xakriabá vêm implementando o *levantamento* e a revitalização de suas tradições. As ações desenvolvidas têm proporcionado o aprimoramento da autogestão no território, atendendo à demanda interna sem, contudo garanti-la. Têm-se fomentado o desenvolvimento de atividades de geração de renda, valorização e divulgação de suas práticas culturais e mediação com outras comunidades mas, ao mesmo tempo fica claro a fragilidade colocada pela política pública atual; a concorrência pública via projetos.

Por tudo o que foi exposto, percebe-se a necessidade de aprimoramento das políticas culturais, no sentido de torná-las mais abrangentes e eficientes, para que possam atingir todos os grupos, em suas diferentes condições e nos diferentes momentos de suas trajetórias.

Além do aprimoramento das políticas públicas faz-se necessário também uma avaliação quanto a esse modelo que privilegia determinadas comunidades e instituições sem

---

<sup>6</sup>XAKRIABÁ, Hilário. Entrevista concedida à autora na Aldeia Barreiro Preto, Terra Indígena Xakriabá, São João das Missões, MG, em 25 de julho de 2013, como parte da pesquisa de campo para o mestrado, ainda em andamento. Transcrição de áudio.

previsão de acompanhamento, avaliação e continuidade. É perceptível que os recursos captados pelos Xakriabá para desenvolvimento de seus projetos fizeram muita diferença na TIX, mas os mesmos não conseguiram garantir a sustentabilidade e autogestão do território. Corre-se o risco dos Xakriabá sofrerem um retrocesso em seu processo de *levantamento* e revitalização de sua “cultura” pela incapacidade de dar continuidade aos projetos iniciados com recursos próprios.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA, Portaria Nº 156, de 06 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12916/portaria-156-de-2004.pdf/2389bd2c-52f9-409f-9309-04e8890e0946>>. Acesso em: 2 out. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt, Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. Ministério da Cultura. Comissão Permanente de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Cultura** – diretrizes gerais. 2. ed. Texto atualizado e revisado pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Brasília: MinC, 2008. Disponível em: <[http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc\\_2\\_compacto.pdf](http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf)>.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural. **Plano Setorial para Culturas Indígenas.** Brasília: MINC, SID, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Serviço Social do Comércio. **Prêmio Culturas Indígenas.** Vários colaboradores. São Paulo: SESC-SP 2008. 432 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

ESCOBAR, Suzana Alves. **Os projetos sociais do povo indígena Xakriabá e a participação dos sujeitos:** entre o “*desenho da mente*”, a “*tinta no papel*” e a “*mão na massa*”. 2012. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GOMES, Ana Maria. R. A configuração das classes nas escolas indígenas Xakriabá: uma análise preliminar da experiência dos professores. In: ENCONTRO INTERNACIONAL LINGUAGEM, CULTURA E COGNIÇÃO, 2, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 2010:** características gerais dos indígenas – resultados do universo. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**, 20 out. 2005. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). **Mana** – Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro, UFRJ, v. 3, n. 2, 1997.p. 103-146.

SANTOS, Rafael Barbi Costa e. **A cultura, o segredo e o:** diferença e cosmologia entre os Xakriabá de São João das Missões/MG. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.